

A interpretação étnica na Arqueologia dos caçadores-coletores da região do Prata

KLAUS HILBERT*

Resumo: Durante o século XIX, os índios Charrua e Minuano participaram ativamente da fixação das fronteiras nacionais na região do Prata. A consolidação dos estados nacionais transformou estes grupos de caçadores-coletores em elementos sociais considerados fora-da-lei, traidores e rebeldes. Somente após de seu extermínio, os Charrua e Minuano foram incorporados à identidade cultural das populações atuais e tornaram-se símbolo da resistência e da liberdade da população da Campanha.

Abstract: During the 19th century, the Charrua and Minuano Indians participated actively in the definition of the national frontiers in the Prata region. The consolidation of the national States transformed these hunter-gatherers into out-laws, traitors and rebels. Only after their extinction, the Charrua and Minuano Indians were incorporated in the cultural identity of actual population and turned into symbols of resistance and liberty.

Palavras-chave: Identidade étnica. Arqueologia. Sociedades de caçadores-coletores.

Key words: Ethnic identity. Archaeology. Hunter-gatherer society.

Introdução

A imagem do caçador tem mudado constantemente no decorrer do tempo e de acordo com os diferentes contextos sociais. Nem sempre o caçador foi visto como um elemento de atraso, um fora-da-lei, um marginal, pelas diferentes sociedades. Em certas ocasiões, o caçador foi homenageado como um ancestral e um herói mitológico, por exemplo, entre os Astecas.

* Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil.

– O caçador foi festejado como rebelde, desafiando a autoridade do Estado e do Senhor absolutista.

– O caçador era símbolo do homem livre e independente.

– O caçador era um aventureiro em busca do perigo e da auto-afirmação nos pés do Kilimanjaro.

– O caçador transformou-se em caricatura, como na figura de Tartarin de Tarascon, criada por Alphonse Dodet ou na figura do caçador quase cego de Mr. Magoo nos desenhos de William Hanna e Joseph Barbera.

Enfim, o caçador como elemento de atraso ocupa apenas um determinado segmento em uma longa história de transformações e visões, mas sem dúvida um segmento caracterizado pelas tragédias e pelo genocídio.

Pretendo retomar este enfoque e discutir os caçadores-coletores da região do Prata e sua contribuição na formação dos Estados nacionais, a partir de contribuições arqueológicas, após apresentar brevemente algumas outras visões de caçadores-coletores.

Caçador como rebelde e romântico

O Caçador chamado de “Jaeger” representa um personagem importante no imaginário dos povos das montanhas dos Alpes. Usando roupa tradicional, calça de tamanho “três-quartos” com suspensório de couro, meias grossas de lã e colete, ele exibe com todo orgulho no seu chapéu um penacho de pelo de camurça como troféu de caça furtada e como prova de sua astúcia e de sua rebeldia contra as autoridades. O jovem “Jaeger” desafiava o guardião dos bosques e dos parques, empregado do senhor nobre ou do Estado, caçando clandestinamente em território proibido, envolvendo-se num jogo perigoso de vida ou morte. O caçador tornava-se exemplo para os outros jovens da aldeia, um símbolo de todos os homens livres, ao quebrar a lei autoritária e ao lutar por seu direito de caçar, privilégio exclusivo da nobreza. Se ele conseguia enganar o guarda, abatendo uma caça, comemorava-se este feito em grande estilo na taverna do povoado, com bebida e muita música, cantando em harmonias melódicas as histórias de outras caçadas bem sucedidas ou de tragédias. As cabeças dos animais mortos eram empalhadas e exibidas nos lugar do encontro e da festa. A amada era homenageada com uma flor silvestre rara que cresce nos altos das montanhas, simbolizando sua disposição em assumir riscos para mostrar a ela seu amor. A

figura do rebelde e do “Jaeger”, do caçador romântico, faz parte do folclore dos povos dos Alpes e é reproduzido em inúmeras versões em poesias, músicas, contos, pinturas e mais recentemente em filmes.

Caçador como *gentleman* e aventureiro

Ernest Hemingway representava e descrevia um outro tipo de caçador-herói, o aventureiro solitário e *gentleman* em meio a selvagens, desafiando os perigos da natureza indomada. Este caçador veste um traje de cor caqui com muitos bolsos, botas ou caneleiras, um capacete colonial, pistola, faca e dois rifles super poderosos. Este *gentleman* rico e entediado, que procurava apenas diversão matando animais, não lutava por um ideal, e sim pelo reconhecimento dos outros caçadores que se encontram em clubes exclusivos. Ali eles exibiam as peles e cabeças empalhadas como prova de suas conquistas. As aventuras são relatadas, mostrando o mínimo de emoção, evitando exageros. O *understatement* faz parte do seu estilo para reforçar o estado de homem civilizado que contrasta com o selvagem emocional e com a natureza ameaçadora mas derrotada por ele.

Este estereótipo de caçador é alvo de inúmeras ironias e caricaturas. Além do caçador maluco no filme *Jumanji* e do cego Mr. Magoo, de imediato, lembro-me de Tartarin de Tarascon, de Alphonse Dodet. Tartarin era um caçador, como muitos outros caçadores no sul da França. Um dia decidiu, por absoluta falta de caça (exceto por uma única lebre que, por ser ela muito rápida e esperta, conseguiu fugir dos caçadores), viajar para África e caçar leões. Mas sua coragem era limitada e ele acaba, por engano, matando uma mula, provocando grandes confusões. Mesmo assim, ele retorna festejado como herói.

Caçador como herói mitológico

A região mitológica de origem dos Mexica estava localizada no nordeste do México, numa ilha no meio de um lago. Segundo as profecias do seu Deus Huitzilopochtli, os Mexica deveriam, após uma longa peregrinação, superando obstáculos e vencendo inúmeros desafios, procurar assentamento definitivo naquela localidade, onde eles observassem uma águia com uma víbora no bico, repousada em cima de um cacto que cresce num rochedo. Esta imagem da profecia tornou-se também símbolo do Estado-Nação

do México induzindo uma continuidade histórica e cultural. Trata-se, como muitos elementos de outras sagas migratórias, de uma invenção posterior, adaptada, neste caso, à situação de Tenochtitlan. Esta migração mitológica do povo Mexica, simbolizando transformação e processo de aprendizado, representa uma obra da “propaganda” Asteca, divulgada depois de 1430, quando o Senhor Itzcoatl mandou queimar todos os registros escritos e livros para mandar escrever novos. Em outras palavras, ele mandou executar uma “limpeza na História”. Segundo esta nova história, os Astecas deixaram no ano 1111 sua terra mitológica, na qual eles viviam como Chichimecas, e, segundo seus próprios registros, como caçadores-coletores puros. Mas este elemento da saga deve ser também interpretado como “propaganda” Asteca, para mostrar a seus vizinhos conquistados sua superioridade e seu rigor físico e mental, herdado de seus ancestrais mitológicos, os caçadores-coletores.

Nota-se nestes exemplos a preocupação dos autores em criar uma ligação entre um passado e as condições daquela atualidade, glorificando a vida simples e dura dos ancestrais como ideal e exemplo a ser seguido. O caçador nômade reunia os atributos positivos que deram origem ao estado atual das coisas, a base para o sucesso contemporâneo. Invocar os espíritos do passado, construindo uma memória gloriosa, não é privilégio dos Astecas. A memória faz parte da busca por identidade e nacionalismo (Kohl & Fawcett, 1995).

Arqueologia cronológica e interpretação étnica na Europa

Unidades étnicas, como tribos e povos, criam seu próprio sentido de identidade através de um conjunto específico de comportamento coletivo, que pode manifestar-se também em objetos materiais (Puotignat & Streiff-Fenart, 1997). Em períodos pré-históricos, tais unidades étnicas, suas origens, seu desenvolvimento e desaparecimento, somente podem ser tornados acessíveis através de fontes arqueológicas, sem ter certeza da existência de uma relação entre estes grupos arqueologicamente detectáveis e tais unidades étnicas (Renfrew, 1993). Arqueologia, a ciência que, através de escavações, expõe vestígios, às vezes, até profundamente soterrados, fornece testemunhos, objetos do passado que, adverso às crônicas históricas e lendas, são palpáveis e por isso aparentemente objetivos. E, justamente essa aparente objetividade fez com que

a arqueologia se tornasse, desde seu início, uma ciência com fortes tendências ideológicas (Jones, 1997).

O desenvolvimento da economia mundial, a criação de um aparato administrativo e político de um Estado moderno e a preocupação com a ciência são processos históricos que surgiram da revolução industrial. Durante o século XIX, a ciência se desenvolveu na Europa por causa de uma mudança radical na concepção de natureza, como ela foi explorada e usada. Nesse período, resultando em atividades de infra-estrutura e de agricultura intensiva, grandes quantidades de artefatos pré-históricos foram encontrados. Esses objetos de um período desconhecido causaram entre a população, além de um comportamento de curiosidade pelo exótico e estranho, uma mudança no significado da ordem natural das coisas. O novo significado apoiava o processo nacionalista, que fazia parte da ideologia de uma nova classe média emergente. Os museus tornaram-se lugares onde eram guardados os objetos dos ancestrais mitológicos, os ícones dos heróis com seus emblemas de nacionalidade. Nacionalismo e progresso contínuo e inevitável como parte integrante de uma nação civilizada eram a essência da ideologia deste século (Graves-Brown et al., 1996; Trigger, 1995).

A preocupação com a antigüidade e as coisas pré-históricas servia, nesse momento, para dar valor social às mudanças contemporâneas, ao mesmo tempo que as justificava, ao mostrar que a ideologia de progresso tinha suas raízes profundas não só nas leis naturais, mas também nas culturas pré-históricas. A arqueologia pré-histórica fornecia o elo de ligação ideal entre esse sentimento nacionalista e progressista e a herança cultural da nação.

Os objetivos que dominaram as pesquisas arqueológicas no início do século XIX eram a questão da idade dos objetos pré-históricos – a cronologia – e a questão da atribuição desses objetos a um povo – a interpretação étnica. Alguns arqueólogos procuravam solucionar problemas relacionados à datação dos objetos arqueológicos e discutir o valor da cultura material como fonte histórica. Principalmente na França, Inglaterra e Alemanha, as pesquisas se deram em torno da questão da interpretação étnica.

Nacionalistas europeus buscaram nos objetos arqueológicos, nos documentos escritos, na Antropologia Física e nos estudos filológicos, comprovar uma continuidade histórica, cultural, geográfica e uma coincidência entre as populações pré-históricas e os Estados contemporâneos. O Imperador francês Napoleão III, por exemplo, incentivou os movimentos nacionalistas no seu país e a identificação étnica e cultural com os gauleses, financiando gran-

des escavações em locais históricos (Shennan, 1989; Chapman, 1992; Dietler, 1994).

Atribuindo peças encontradas em escavações arqueológicas a um determinado povo, conhecido historicamente, construía-se uma ponte entre o passado e o presente. Assim, os ancestrais mitológicos tornaram-se heróis, e, na projeção de um passado imaginado para o presente, esses heróis transformaram-se em ídolos, e esses ídolos, passando por uma metamorfose ideológica, transformaram-se em líderes contemporâneos.

O alemão Gustaf Kossinna (1911) formulou idéias básicas dessa abordagem (Veit, 1994). Kossinna ficou fascinado com a problemática da origem da língua indo-germânica, uma temática bastante discutida entre os filólogos daquela época. Ele estava convencido, porém, de que, sem um estudo aprofundado dos achados pré-históricos, a questão “indo-germânica” não poderia ser resolvida. Combinando o estudo de diferentes fontes, como a da cultura material, a escrita juntamente com suas pesquisas lingüísticas, Kossinna definiu três grandes áreas culturais da Idade de Bronze. Cada área cultural era essencialmente caracterizada por um conjunto de poucos mas significativos utensílios. Kossinna construiu então uma analogia direta entre o artefato pré-histórico e uma etnia (*Volk*), usando o método tipológico e as tabelas do sueco Oscar Montelius, que mostram uma mudança gradativa e uma transformação evolutiva dos objetos mais simples para os mais complexos. Kossinna estava convencido de que um povo (*Volk*) e sua cultura se desenvolvem essencialmente autóctones, recebendo poucas influências externas, mas permanecendo no seu núcleo estável e, por isso, arqueologicamente detectável (Kossinna, 1911). Ele conseguiu comprovar para os germanos uma permanência geográfica e uma continuidade cultural do Paleolítico Superior até a atualidade, interligando a Arqueologia, fontes escritas, estudos lingüísticos e, mais tarde, a Antropologia física.

Para Kossinna, a arqueologia tornou-se uma ciência com uma conotação eminentemente nacional e um instrumento político importante, a partir do momento em que levanta questões como o surgimento da raça nórdica e sua superioridade em relação a outras raças (Kossinna, 1914). Sem dúvida, Kossinna contribuiu com suas publicações para uma popularização da Arqueologia e das idéias nacionalistas. Ele faleceu em 1931, mas suas interpretações sobre a Pré-história da Europa Central e sua glorificação dos germanos e da raça pura, foram adaptadas pelos governantes nazistas (Kohl & Fawcett, 1995).

O método da arqueologia espacial (*siedlungsarchaeologische Methode*) proposto por Kossinna refere-se às regiões ocupadas por grupos étnicos, ela trata de grupos inteiros e não de indivíduos, e não analisa o processo do povoamento de uma área. Objetos isolados, que caracterizam uma determinada etnia, são plotados num mapa, e a distribuição espacial destes objetos sintomáticos delimita a área do assentamento do povo. Semelhanças entre culturas têm seu motivo na mesma origem étnica e cultural e um deslocamento espacial na composição cultural de uma determinada região é explicado através de movimentos migratórios de povos inteiros. Neste sentido, o método de Kossinna mostra algumas semelhanças com a teoria das áreas culturais (*Kulturkreislehre*) elaborada na mesma época pela “escola de Viena”. Tanto na Arqueologia pré-histórica quanto na Antropologia partia-se do pressuposto de que a distribuição espacial de determinados objetos refletia o desenvolvimento histórico e a idade das etnias a eles atribuídas. O método da arqueologia espacial baseia-se em cinco pontos chaves:

- 1) Culturas podem ser inferidas através de tipos de objetos e seus conjuntos;
- 2) A distribuição espacial destes tipos indica províncias culturais;
- 3) Províncias culturais arqueológicas bem delimitadas correspondem sempre a determinados povos ou tribos;
- 4) A história de uma unidade étnica pode ser construída estudando-se sua relação com as fontes escritas e a cultura material arqueológica a ela atribuída. Partindo dessa relação, a história do povo pode ser reconstruída, através dos achados arqueológicos também para períodos pré-históricos. Intervalos maiores nesta seqüência arqueológica podem dificultar a interpretação;
- 5) Os motivos para a ocorrência destes intervalos na seqüência cultural de uma região são atribuídos a fatores externos, como migrações. A origem de traços novos dentro de uma cultura é procurada em regiões distantes, onde estes traços fazem parte de uma tradição mais antiga.

Bernbeck (1997) fala a respeito dos cinco itens que tanto na teoria das áreas culturais (*Kulturkreislehre*) quanto no método da arqueologia espacial (*siedlungsarchaeologische Methode*) mostra algumas parcialidades. Eles atribuem às pessoas pouca criatividade e imaginação. Manifestações culturais semelhantes são, na maioria das vezes, explicadas através de migrações e não por invenções independentes.

Identificação étnica e Arqueologia no Brasil

Essa forma de sobreposição do passado com o presente, a sobreposição de um povo pré-histórico com um Estado nacional, não aconteceu na arqueologia praticada no continente Americano. Imigrantes europeus, inicialmente, não queriam ter um passado americano nativo. As populações indígenas eram consideradas primitivas e agressivas. Elas foram consideradas biologicamente limitadas para um desenvolvimento cultural significativo, incapazes de uma adaptação a uma vida civilizada e naturalmente condenadas à extinção. As inúmeras manifestações culturais indígenas existentes, que provam o contrário, foram atribuídas a culturas européias, como aos Fenícios, aos Viquingues, aos Egípcios, culturas megalíticas (Langer, 1997) ou a um povo pré-indígena imaginário. John Llyod Stephens e Frederick Cartherwood penetraram, em 1839, na floresta tropical de Yucatan para encontrar as antigas cidades dos Maia. Heinrich Schlieman achou os tesouros de Tróia, Howard Carter e Lord Carnavon escavaram a tumba de Tutenkamon. Todas estas descobertas alimentaram os sonhos dos aventureiros e arqueólogos amadores também no Brasil.

Sem uma ligação histórica ou cultural com os objetos arqueológicos encontrados, os antropólogos e arqueólogos americanos não elaboraram uma estrutura equivalente ao esquema evolutivo do “Velho Mundo” para classificar os diferentes níveis culturais arqueologicamente observados.

No início do século XX, as pesquisas arqueológicas no Brasil se preocupavam em desvendar os mistérios do “Povo Sambaquiânico”, o “Homem de Lagoa Santa”, as inscrições da “Pedra da Gávia”, as “pegadas de São Tomé” ou as “cidades perdidas no sertão”. Para Bernardo de Azevedo da Silva Ramos (1930, p. 11) as “Incisões rupestres são provas da colonização do Brasil pelos Fenícios e Gregos”. Um parecer do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas reconhece ter existido no Brasil uma civilização trazida pelos gregos e fenícios, visto “que esses desenhos, pela sua precisão e simetria, jamais poderiam ser feitos pelas tribos indígenas existentes no Brasil por ocasião de sua descoberta” (Ramos, 1930, p. 2). Já Alfredo Brandão defende uma outra visão. Em 1937, publica *A Escripita Prehistorica do Brasil*, onde afirma que “no Brasil primitivo medraram civilizações mais ou menos adeantadas e que os caracteres encontrados em nossos rochedos representam a escrita dessas civilizações” (Brandão, 1937, p. 13). Mas não faltaram críticas a esta posição arqueológica. Theodoro Sampaio (1955, p.

33) expressa sua desilusão com a Arqueologia brasileira lamentando que

“o estudo do Homem Americano pouco progride no Brasil. Falta-lhe, como estímulo e interesse, o prestígio, a sedução misteriosa de uma antigüidade, culta e longínqua, cujo fulgor em outrora se ateste nas ruínas de cidades destruídas, de monumentos soterrados ou escondidos no recesso das florestas impenetráveis, como essas ruínas que, no México, na América Central, na Colômbia e no Peru, se depa-ram os viajantes e antiquários. Não temos a esse respeito, em nosso favor, essa atração dos tempos idos”.

As populações indígenas entraram em cena apenas como atores secundários, como elementos exóticos na história da conquista e do povoamento do país. Os atores principais eram os conquistadores portugueses. Não existia uma identificação dos novos colonizadores com as culturas nativas autóctones. Os índios eram considerados primitivos, traidores, antropófagos e preguiçosos. Os heróis da história eram os conquistadores, os aventureiros e os exploradores de pau-brasil. A figura do Bandeirante, inventada pelos historiadores paulistas, era de um negociante de escravos, vestido com roupa européia da época, com barba loira e longa. Ele representava o branco, que com sua superioridade cultural abriu novos caminhos para a entrada da civilização, e que fixou as fronteiras contra os vizinhos inimigos.

Os historiadores Ladislau Netto (1885) e Francisco Varnhagen (1956) foram os primeiros que atribuíram fragmentos de cerâmica de sítios arqueológicos, com decorações, semelhantes aos descritos por Jean de Léry em 1578, aos índios Tupinambá. Essas correlações entre a cultura material do passado com as informações das fontes escritas não levaram, como na Europa, a uma identificação com os povos nativos. Ao contrário, as populações nativas eram classificadas a um nível evolutivo inferior, eram selvagens e improdutivas, e qualquer manifestação cultural diferente era considerada de origem externa.

Durante o Estado Novo, a construção de uma nacionalidade brasileira aconteceu através da valorização do mestiço como símbolo da integração nacional. Elementos da arte marajoara foram incorporados na arquitetura de edifícios públicos e a mudança dos nomes de localidades para nomes em língua Guarani representa uma etapa na construção de uma identidade nacional. O nativo agora era mestiço, com uma manifestação cultural brasileira própria. A pesquisa arqueológica e os estudos históricos se complementavam. Estevão Pinto (1956) e Ferreira de Godoy (1952) não

duvidavam mais que a cultura material encontrada em sítios arqueológicos poderia ser atribuída aos Tupinambá ou aos Guarani.

Até a década de 60, a Arqueologia brasileira era considerada uma atividade amadora pelos arqueólogos norte-americanos (Meggers, 1985). Com a realização do PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas), entre 1965 e 1970, com a participação de arqueólogos brasileiros e dos Estados Unidos, foi levada a efeito uma série de projetos, integrados através da unificação da metodologia de campo e da análise em laboratório. O objetivo do programa era estabelecer um esquema cronológico do desenvolvimento cultural no Brasil, dos inícios até o contato com o europeu (Dias, 1994). Métodos estatísticos, como a montagem de seqüências seriadas de atributos tecnológicos e decorativos da cerâmica, do material lítico e a coleta do material arqueológico por amostragem, forneciam o embasamento para uma classificação das culturas arqueológicas em unidades como Tradições e Fases. Centenas de fases e tradições foram criadas nesse período, tantas que foi necessária a elaboração de um catálogo para não perder o controle (Simões, 1972). A ligação dos objetos arqueológicos com uma etnia era evitada. A cerâmica antigamente atribuída aos Guarani ou aos Tupinambá, por exemplo, pertencia, de acordo com a classificação do PRONAPA, à Tradição Tupiguarani. O máximo que se permitia em termos de uma identificação étnica brasileira era o uso de palavras indígenas para denominar fases e tradições.

Com as pesquisas etno-arqueológicas de José P. Brochado (1984) e Fernando La Salvia e Brochado (1989), é retomada a discussão da identificação étnica das culturas arqueológicas brasileiras. Como forma de resistência, Brochado continua lá onde Ladislau Netto, Pinto e Godoy pararam, fechando o capítulo da classificação por unidades estatísticas do PRONAPA.

Atualmente, na comunidade arqueológica brasileira, convivem as abordagens do Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica, da identidade cultural da etno-arqueologia, e uma forma mista que usa as fases e tradições definidas durante o PRONAPA como se fossem etnias criando neologismos com "Os Tupiguarani", "Os Humaitá" ou "Os Umbu". Esta forma de personalizar uma categoria cronológica pode até simplificar a comunicação entre os arqueólogos e especialistas, mas reflete uma ignorância ou uma despreocupação com os conceitos básicos em relação ao próprio esquema de classificação de culturas arqueológicas.

Caçadores da região do Prata, de vilão a herói

As fontes escritas revelam, para o período de contato, no início do século XVI, poucos dados específicos sobre os costumes da população nativa da região Platina, e limitam-se em geral a nomes e áreas de povoamento. Os relatos, ao tratarem dos Charrua, são bastante escassos e fragmentados, o que torna a história dos Charrua e Minuano ainda mais complicada.

As mais antigas fontes escritas, como a carta de Luiz Ramirez de 1528 e o diário de bordo de Pero López de Souza de 1530, inicialmente mostram um contato inter-étnico pacífico e apresentam os Charrua como pescadores e caçadores no litoral. Eles descreveram suas canoas, seus remos enfeitados com penas de ema, suas armas – como as boleadeiras, arcos, flechas e lanças – e seus agasalhos de couro pintado. Ulrich Schmidel, em 1536, menciona que a farinha de peixe e a carne formavam a base de sua alimentação.

Com a expansão do cavalo e mais tarde com a introdução do gado bovino na região do Prata, durante o século XVII, deu-se início a uma transformação na vida cultural dos Charrua. Nos relatos dos viajantes, principalmente do século XVIII, os Charrua são representados montados a cavalo, atacando as fazendas, roubando os animais e vendendo a carne e o couro.

No início do século XIX, dentro do contexto político de fixação das fronteiras nacionais na região do Prata, os índios Charrua e Minuano participaram ativamente nos conflitos ao lado do general José Artigas. Após os conflitos, os Charrua são chamados de elementos selvagens e indomáveis nos relatórios oficiais da época, perturbando a paz e retardando o progresso do país. Em uma emboscada montada pelo general Rivera, em 1831, a maioria dos Charrua foi executada. O general justifica esta ação: “El desenfreno criminal de las hordas salvajes y degradadas, sus recientes y horribles crímenes, no habían dejado al Gobierno mas alternativas que la de atacarlas y destruirlas” (Acosta y Lara, 1970, v. 2, p. 3).

Desde então, os índios Charrua tornaram-se um símbolo nacional e representam para a população uruguaia o espírito de luta, a “garra Charrua”, como um dos elementos de sua identidade cultural. Mas a imagem que existe hoje dos Charrua é um produto da imaginação, construído a partir de fontes escritas escassas e de inúmeros fragmentos de objetos arqueológicos, coletados sem contexto, atribuídos aos Charrua.

Alguns historiadores uruguaios contribuíram de forma ativa na transmissão da imagem deste herói ancestral, enquanto que

outros defendem uma história do povoamento uruguaio e de sua identidade nacional exclusivamente de origem ibérica.

O historiador Alberto zum Felde publicou, em 1920, o *Proceso Historico del Uruguay*, onde afirma que a história inicia no Uruguai com o descobrimento e com a conquista deste território pelos espanhóis (zum Felde, 1964, p. 9). Seu discurso visa derrubar o mito dos Charrua, afirmando que não existia diferença entre as etnias mencionadas pelos cronistas e viajantes. As diversas tribos Charruas, Chanaes, Minuanos, etc. pertenciam em conjunto à vasta e complexa raça Guarani que se encontra, no período da conquista, na Idade da Pedra, sem religião e sem instituição política, não conhecia a agricultura, era nômade e vivia da caça e da pesca. Zum Felde rejeita qualquer ligação cultural e ancestral entre os uruguaios de origem espanhola e os selvagens Charrua, “os mais sombrios guerreiros que desapareceram quase sem misturar-se com os colonizados” (Zum Felde, 1964, p. 10). O que caracteriza a vida rural do país durante sua formação colonial veio de fora, é espanhol: nem o cavalo, o facão, a bota de couro, a guitarra, nem o churrasco são dos Charrua. Os únicos elementos nacionais dos gaúchos que podem ser considerados de origem Charrua, as boleadeiras, na verdade, são características de todas as tribos do sul, do Paraguai até a Patagônia.

A conquista espanhola no Uruguai pode ser considerada uma operação essencialmente militar. Quando os conquistadores espanhóis chegam ao Rio da Prata, a terra estava sem cultivo, pois as tribos que povoaram estas comarcas eram de guerreiros sombrios, andavam nus e errantes nas margens dos rios. Nestas condições, os espanhóis não estavam interessados em permanecer. Sua finalidade era encontrar riquezas e a região do Prata tornou-se apenas um portão de entrada para o alto Peru e um espaço praticamente vazio. O colono espanhol encontrava subsistência fácil e condições de liberdade pessoal, desenvolvendo assim as características individualistas e rebeldes do gaúcho. A campanha era para o colono símbolo de sua liberdade, abundância e aventura, enquanto que a cidade era a monotonia, a sujeição e a necessidade. A escassez de mulheres obrigou os colonizadores a buscar suas parceiras entre os índios civilizados, principalmente entre os guarani missioneiros. Desta mistura de raças surge o tipo nacional do gaúcho. Livre do trabalho, pela abundância natural, senhor de si mesmo, pela ausência de qualquer autoridade, centauro veloz, o gaúcho é fruto das condições nas quais se formou sua vida.

Pablo Blanco Acevedo lança, em 1929, uma publicação sobre *El gobierno colonial en el Uruguay y los orígenes de la nacionalidad*. Ele

aponta uma coincidência entre o mapa das fronteiras nacionais com a distribuição de uma raça excepcional. “Um povo forte com características inconfundíveis que no decorrer do tempo afirmou a formação de uma nacionalidade. Foram os Charrua os primeiros habitantes do Uruguai. Se no território existiam outras populações indígenas, nenhuma tinha um caráter tão sobressaído como os Charrua, uma nação escassamente numerosa, mas de textura forte, alta, veloz e de extrema flexibilidade” (Acevedo, 1944, p. 1). Na descrição dos Charrua por Acevedo, na realidade, trata-se do povo uruguaio imaginário, com a projeção de uma mensagem a seus vizinhos argentinos e brasileiros: nós somos poucos, mas somos valentes e guerreiros e dispostos a defender o nosso território contra qualquer tentativa de invasão.

Rodolfo Maruca Sosa, arqueólogo, escreveu, em 1957, *La Nación Charrúa*, baseado nos artigos publicados no suplemento dominical do jornal *El Día*. Estes suplementos eram muito populares e certamente formadores de opinião. Sobre o extermínio dos Charrua, ele segue a opinião oficial de que eles não sabiam submeter-se às leis e que estavam ameaçando a formação da pátria uruguaia, que haviam cometido atos de vandalismo contra os colonos.

Sosa monta uma colcha de retalhos, emendando fragmentos de documentos de diversas épocas, como se os Charrua não tivessem passado por um processo de mudanças. Além das fontes escritas pelos viajantes e conquistadores, ele sustenta sua interpretação a respeito dos Charrua em achados arqueológicos da mesma forma como os de Cordero.

O jornalista Serafin Cordero publica, em 1960, *Los Charrúas. Síntesis etnográfica y arqueológica de Uruguay*. Esta publicação revela muitos enganos e distorções. Primeiro, o autor elimina qualquer relação da população atual do Uruguai com os índios. Antigamente, sim existia uma grande Nação dos Charrua no território, mas estes foram extintos totalmente, ficando como únicos testemunhos de sua existência os restos ósseos, líticos e cerâmicos que constituem os elementos fundamentais para reconstruir sua vida e sua história. “Penetrar no passado remoto do nosso país e mergulhar num mundo maravilhoso nos permite determinar a procedência racial e as formas de vida dos primitivos habitantes” (Cordero, 1960, p. 9).

Cordero pretende com sua obra, além de determinar a origem racial dos Charrua, defendê-los das caluniosas acusações de antropofagia e, através de documentos, comprovar que os responsáveis pela morte de Juan Diaz de Solís foram os Guarani. A respeito da origem dos Charrua e de sua história, Cordeiro afirma

que formaram a vanguarda entre os povos expansionistas. Eram os mais esplêndidos representantes da raça Chónik da Patagônia, altos e fortes, habituados a suportar as mais duras condições do tempo – daí sua constituição física e seu caráter indomável –, características dos povos das regiões frias. Encontraram em nosso solo um clima benigno ideal e derrotaram as tribos que aqui estiveram, procedentes das terras tropicais e quentes, que eram de escassa estatura, força muscular e pequena resistência. Uma nova invasão de raça tropical, constituída pelos Guarani, atingiu a região do Prata. Esta nova raça, caracterizada por sua ferocidade e canibalismo, penetrou no território do Uruguai, encontrou-se com uma nação valente e invencível, os Charrua, que os derrotaram. Os Guarani não penetraram em nosso território até o momento em que este foi abandonado pelos Charrua, depois da chegada da civilização espanhola. Uma avalanche Guarani expandiu-se como uma nuvem sobre o céu da nação Charrua, impondo sua língua e seus costumes. Já em pleno domínio da República, os restos dos últimos Charrua, misturados com outras raças, constituíram um grave problema, pois, como eles não se adaptaram à uma vida civilizada, o governo viu se obrigado a persegui-los e exterminá-los. Assim terminou aquela nação valente e guerreira. Sua vida se desenvolveu durante vários séculos em território hoje chamado de Uruguai (Cordeiro 1960, p. 166-167). Esta história do povoamento do Prata elaborada por Cordero também tem uma mensagem política direcionada aos vizinhos brasileiros.

Considerações finais

De acordo com o posicionamento da sociedade em relação à sua própria identidade, ela procura no passado uma continuidade histórica com um herói ancestral e incorpora este à sua memória. É uma atitude legítima para assumir sua identidade. Lembro-me de Napoleão I que decora seu manto de púrpura durante a cerimônia da coroação com jóias de origem gallo-germânica e, para mostrar aos franceses que existia uma continuidade cultural, política e étnica entre os antigos guerreiros gauleses e seu líder, Napoleão III, mandou construir uma estátua de Vercengetorix com a face do Imperador francês.

Em diversas situações, este parente ancestral tem as mesmas atribuições: ele é um lutador, forte, resistente, um modelo para as futuras gerações. Muitas vezes ele é um caçador. Ao mesmo tempo que esta figura mitológica é venerada como um herói, respon-

sável pelas virtudes, ela se transforma, em outras ocasiões, em vilão, em anti-herói. Esta atitude representa o outro, o vizinho. O caçador simboliza neste contexto o atrasado, o fora-da-lei, então ele é rejeitado e perseguido até sua eliminação, em nome do progresso e do avanço tecnológico. Outros ancestrais, mais adequados à nova situação, são procurados e venerados.

Neste processo de construção da memória, qual a importância da arqueologia? Cacos de cerâmica, fragmentos líticos, louça, vidro, pedaços de metal enferrujado, enfim, o lixo de pessoas que morreram há muitos anos, o que tudo isso tem a ver com identidade e qual o papel do arqueólogo? A arqueologia contribui com a manutenção desta história. Ela marca, através do seu conhecimento da cultura material e da cronologia, territórios e preenche este espaço com gente, com nações, culturas, tradições, fases, raças, sociedades e etnias.

Unidades étnicas, como tribos e povos, criam seu próprio sentido de identidade através de um conjunto específico de comportamento coletivo, que pode manifestar-se também em objetos materiais. Em períodos pré-históricos, tais unidades étnicas, suas origens, seu desenvolvimento e desaparecimento, somente podem tornar-se acessíveis através de fontes arqueológicas, sem que se tenha certeza da existência de uma relação entre estes grupos arqueologicamente detectáveis e tais unidades étnicas. A Arqueologia fornece testemunhos, objetos do passado, que, adverso às crônicas históricas e lendas, são palpáveis e por isso aparentemente objetivos. Foi justamente essa aparente objetividade que fez com que a Arqueologia tenha sido, desde seu início, uma ciência com fortes tendências ideológicas.

Referências bibliográficas

- ACEVEDO, Pablo Blanco. *El gobierno colonial en el Uruguay y los orígenes de la nacionalidad*. 3. ed. Montevideo: Casa A Barreiro y Rosas, 1944, 284 p.
- ACOSTA Y LARA, Eduardo F. *La guerra de los Charrúas en la Banda Oriental*. 1. ed. Montevideo: Impresores A. Monteverde, 1969-70, 2v., 203p.
- ARNOLD, B. The past as propaganda: totalitarian archaeology in Nazi Germany. *Antiquity*, n. 64, p. 464-478, 1990.
- BERNBECK, Reinhard. *Theorien in der Archaeologie*. Tuebingen: Verlag A. Franke, 1997, 404 p.
- BRANDÃO, Alfredo. *A escripta prehistorica do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937, 271 p. (Biblioteca de Divulgação Científica, v. 11).

- BROCHADO, José J. J. P. *An ecological model of the spread of pottery and agriculture into eastern South America*. Illinois, 1984, 574f. Tese (Doutorado em Antropologia) – University of Illinois at Urbana, 1984.
- CHAPMAN, M. *The Celts: The construction of a myth*. New York: Macmillan, 1992.
- CORDERO, Serafin. *Los Charrúas. Síntesis etnográfica y arqueológica del Uruguay*. Montevideo: Mentor, 1960, 333 p.
- DIAS, Adriana, Schmidt. *Repensando a Tradição Umbu a partir de um estudo de caso*. Porto Alegre, 1994, 170f. Dissertação (Mestrado em História) – IFCH, PUCRS, 1994.
- DIETLER, Michael. Our ancestors the “Gaul”. Archaeology, ethnic nationalism, and manipulation of celtic identity in modern Europe. *American Anthropologist*, v. 96, n. 3, p. 584-605, 1994.
- GODOY, Ferreira de. Tupí-Guarani pottery at Pirassununga. In: Proceedings of the XXX International Congress of Americanists, Cambridge, 1952. *Anais...* London: Royal Anthropological Institut, 1952, v. 1, p. 243-246.
- GRAVES-BROWN, Paul; JONES, Siân; GAMBLE, Clive (orgs.). *Cultural identity and archaeology: the construction of European communities*. London/New York: Routledge, 1996. Theoretical Archaeology Group (TAG) (Series).
- JONES, Siân. *The archaeology of ethnicity. Constructing identities in the past and present*. London: Routledge, 1997, 180p.
- KOHL, Philip L.; FAWCETT, Clare (orgs.). *Nacionalism, politics, and the practice of archaeology*. Cambridge University Press, 1995, 329p.
- KOSSINNA, Gustaf. *Die deutsche Vorgeschichte, eine hervorragende nationale Wissenschaft*. 2. ed. Wuerzburg: Kabitzsch, 1914. (Mannus-Bibliothek 6).
- . *Die Herkunft der Germanen. Zur Methode der Siedlungsarchaeologie*. Wuerzburg: Kabitzsch, 1911. (Mannus-Bibliothek 6).
- LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José J. J. P. *Cerâmica Guarani*. 2. ed. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989, 175p.
- LANGER, Jonni. O megalitismo na pré-história brasileira. *Revista de Arqueologia*, v. 10, p. 89-106, 1997.
- MEGGERS, Betty J. Advances in Brazilian Archaeology, 1935-1985. *American Antiquity*, v. 50, n. 2, p. 364-373, 1985.
- NETTO, Ladislau. Investigações sobre a arqueologia brasileira. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, v. 6, p. 257-554, 1885.
- PINTO, Estevão. *Etnologia brasileira*. São Paulo: Nacional, 1956, 305 p. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, 5).
- POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1997, 250 p.
- RAMOS, Bernardo de Azevedo da Silva. *Inscrições e tradições da América pré-histórica: especialmente do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.
- RENFREW, C. *The roots of ethnicity, archaeology, genetics and the origins of Europe* Roma: Unione internazionale degli istituti di archeologia, storia e storia dell arte in Roma v. 10, 1993.
- SAMPAIO, Theodoro. *Os naturalistas viajantes dos séculos XVIII e XIX e a etnografia indígena*. Salvador: Progresso, 1955, 305 p. (Estudos Brasileiros; v. 8. Cruzeiro).
- SHENNAN, Stephen (org.). *Archaeological approaches to cultural identity*. London/Boston: Unwin Hyman, 1989. (One world archaeology 10).

SIMÕES, Mário F. *Fases arqueológicas brasileiras, 1950-1971*. Belém: MPEG, 1972.

SOSA, Rodolfo Maruca. *La Nacion Charrúa*. Montevideo: Letras, 1957, 318 p.

TRIGGER, Bruce G. *A history of archaeological thought*. Cambridge: University Press, 1995, 500 p.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. 5.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1956, 5 v.

VEIT, Ulrich. Ethnic concepts in German prehistory: a case study on the relationship between cultural identity and archaeological objectivity. In: SHENNAN, Stephen (org.). *Archaeological approaches to cultural identity*. London: Routledge, 1994, p. 35-56.

ZUM FELDE, Alberto. *Proceso historico del Uruguay*. 4. ed. Montevideo: Arca, 1967, 283 p. (La Sociedad Uruguaya).